



Câmara Municipal de Santa Teresa
Estado do Espírito Santo

1

Publicado no Atrio da
Câmara Municipal de
Santa Teresa - ES, na
forma do artigo 83 da Lei
Orgânica Municipal, em

CONTRATO N.º 006/2015


Rodrigo Rondelli
DIRETOR GERAL

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTA TERESA/ES E A EMPRESA AGAPE
ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – EPP.**

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA/ ES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 01.628.670/0001-10, situada na Rua Darly Nerty Vervloet, nº 434, Santa Teresa/ES, neste ato representada por seu Presidente **BRUNO HENRIQUES ARAÚJO**, casado, agente político, inscrito no CPF sob o número 077.190.847-48, residente e domiciliado no Município e Comarca de Santa Teresa/ES, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa **AGAPE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o número 02.548.735/001-80, com sede na Praça Presidente Getulio Vargas, 35, Sala 906 - Centro - Vitória-ES, CEP: 29.010-925 doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **MARCOS PONTES DE AQUINO**, inscrito no CPF sob o número 985.971.757/53, portador da Carteira de Identidade n.º 837.105 (SSP/ES). As partes resolvem firmar o presente Contrato de Prestação de Serviços que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a manutenção, hospedagem e atualização do Site Oficial da Câmara Municipal de Santa Teresa e Compilação da Legislação Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Ficarão sobre responsabilidade da CONTRATADA:



- a) Manutenção Preventiva e Corretiva nas Páginas ASP, incluindo também a criação de novas páginas;
- b) Manutenção Preventiva e Corretiva nas Páginas HTML, incluindo também a criação de novas páginas;
- c) Hospedagem do Portal, disponibilizando 20 contas de correio eletrônico, com capacidade de 1 GB;
- d) Treinamento e visita *in Loco*, quando necessário, por solicitação da Mesa Diretora da Câmara Municipal;
- e) Atualização da Produção Legislativa e das informações contábeis, financeiras e administrativas da Câmara Municipal de Santa Teresa do ano de 2015;
- f) Compilação da Legislação Municipal;

CLAÚSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

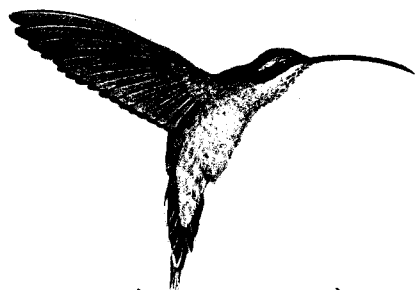
3.1. Ficará sobre responsabilidade da CONTRATANTE:

- a) Disponibilizar para a contratada, em meio digital, fotos e imagens a serem adicionadas nas páginas;
- b) Disponibilizar para a contratada, em meio digital, os textos descritivos a serem adicionados nas páginas;
- c) Disponibilizar para a contratada, em meio digital, o Logotipo da Câmara Municipal;
- d) Disponibilizar para a contratada, em papel A4, a Legislação Municipal vigente;
- e) Pagar à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o preço estabelecido na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA** pela execução dos serviços de manutenção, hospedagem e atualização da produção legislativa 03 (três) parcelas mensais de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais) totalizando R\$ 3.150,00 (Três mil cento e cinquenta reais).

4.2. Os pagamentos serão efetuados até o 10º (décimo) dia útil do mês



subsequente à prestação dos serviços, acompanhada da Nota Fiscal, devidamente atestada.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO

5.1. Os serviços objeto do presente Contrato terão início a partir da data de assinatura deste contrato e término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEXTA: DAS PENALIDADES

6.1. Pela inexecução total ou parcial do contratado, a Administração poderá, garantida prévia defesa, rescindir o Contrato e segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa no percentual de 2% (dois por cento), do valor do contrato, a ser aplicado pelo inadimplemento de qualquer cláusula contratual;
- c)** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação pela Sr^a. Presidente da Câmara Municipal de SANTA TERESA, facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista ao processo.

6.2 As penalidades previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 6.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b", do mesmo subitem.

6.3. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas só serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente da **CONTRATANTE**, e, desde que entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que a **CONTRATADA** tomar ciência.



CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO

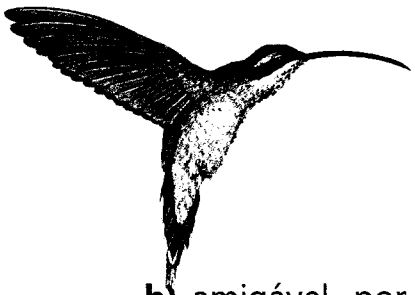
7.1. Constituem motivos de rescisão do contrato:

- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
- d) a decretação de falência;
- e) a dissolução da sociedade;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado à **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato devendo, neste caso, a **CONTRATANTE** notificar a **CONTRATADA** no prazo mínimo de 30 (trinta) dias;
- h) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes dos serviços ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- i) a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- j) o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

7.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.3 A rescisão do contrato poderá ser determinada por:

- a) ato unilateral ou escrito da Administração, nos casos especificados nas alíneas de "a" a "g";




- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação processual.

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

8.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a qualquer outro para solução de quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de testemunhas.

Santa Teresa/ES, 01 de Outubro de 2015.

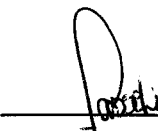

Bruno Henriques Araújo
Presidente
CONTRATANTE


Marcos Pontes de Aquino
Sócio - Proprietário
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Nome: Rodrigo Rondelli
CPF: 072.042.477-10



Nome: Devacir Rasseli
CPF: 017.415.877-78